

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Fatura bilionária	2
Título: Governo decide que horário de verão começa dia 4.....	4
Título: Bolsonaro quer usina na Amazônia; Haddad defende energia eólica	5
Título: AUTOCRÍTICA	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: APORTE PARCEIRO	7
Título: Crise em estaleiro deixa rastro de desemprego e falência na BA	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Petrobrás terá novo plano de remuneração	11
Título: Governo muda de novo. E horário de verão começa dia 4	12
VEÍCULO: Valor Econômico.....	13
Título: Incerteza sobre reforma pode levar a desativação de térmicas da Petrobras	13
Título: Aneel julga recurso sobre obra de transmissão no RS.....	15
Título: Na energia, promessa de diálogo	16
Título: Petrobras tem 12 negócios avançados	19
Título: Eletrobras reabre prazo para plano de demissão	20
Título: Curtas	21
Título: Vale bate recorde de produção puxado por foco na qualidade	22
Título: Cade aprova compra de 50% da Rodoil pela VIP, controlada pela Vitol	24

VEÍCULO: O Globo**Data: 16/10/2018****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Fatura bilionária**

Disputa de R\$ 38 bi pressiona tarifas e vai parar na Justiça

BRASÍLIA- O próximo governo terá que encontrar uma saída estrutural para um custo bilionário do setor elétrico, que tem pressionado as tarifas de energia e provocado uma intensa disputa judicial. A briga envolve quem deve pagar a conta pela redução da geração de eletricidade por meio de hidrelétricas e pelo acionamento de usinas termelétricas, que são mais caras, no jargão do setor, o chamado risco hidrológico.

Esse passivo deve chegar a R\$ 38 bilhões neste ano. Parte do valor (R\$ 13 bilhões) é alvo de uma série de processos na Justiça, que ameaçam travar o mercado de curto prazo de energia. Mas já está certo que a maior fatia (R\$ 25 bilhões) será paga pelos consumidores residenciais dentro das tarifas.

Para essa categoria de usuários, a origem do problema está no regime de cotas (preços tabela dos para pagar a energia gerada por algumas hidrelétricas antigas). O sistema foi criado pela medida provisória (MP) 579, editada pela ex-presidente Dilma Rousseff em 2012 para baixar as tarifas — o que foi anulado por seguidas altas de preços. Nesses contratos, o risco decorrente da falta de chuvas é transferido aos consumidores.

As distribuidoras repassam os custos extras decorrentes da geração por termelétricas aos clientes por meio das bandeiras tarifárias das contas. Parte desse montante, porém, não é capturado pela bandeira e será repassado ao consumidor nos reajustes das tarifas no próximo ano. Além disso, desde o ano passado, esse risco é considerado no cálculo das bandeiras tarifárias, que devem permanecer no segundo patamar da cor vermelha, com custo adicional de R\$ 5 a cada cem quilowatts-hora (kWh) consumidos até o fim do ano.

INTERFERÊNCIA DO GOVERNO

Existe ainda um outro passivo bilionário relacionado ao chamado risco hidrológico que tem gerado uma briga judicial. Algumas usinas hidrelétricas alegam que foram obrigadas a reduzir sua geração de energia por decisões do governo e não apenas pela falta de chuvas.

Na prática, uma das razões alegadas pelas empresas é que termelétricas mais caras foram acionadas antes que a sua participação fosse necessária. Por isso, recorreram à Justiça para não pagar a conta, que deve chegar a R\$ 13 bilhões até o fim do ano, segundo projeções feitas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). O valor chega a ser maior do que a arrecadação prevista pelo governo com a privatização da Eletrobras, de R\$ 12 bilhões. O passivo é resultado de 160 liminares da Justiça.

As hidrelétricas também reclamam, por exemplo, que houve importação de energia para o sistema elétrico nacional; limitação na transmissão de eletricidade por atrasos em obras; subsídios dados às usinas de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte e até mesmo aumento da geração de energia eólica e solar. Para não pagar essa conta, centenas de geradores de energia conseguiram liminares na Justiça. Para Mário Menel, presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), esse é o principal problema do setor elétrico neste momento.

— Isso está travando o mercado como um todo, em função das liminares que alguns geradores conseguiram. E um dinheiro que poderia estar circulando, mas está bloqueado — disse.

Uma solução para esse problema se arrasta desde 2015, em meio a chuvas abaixo da média na região das usinas. Esse quadro vem se repetindo desde então.

— A solução que se dará a esse problema vai definir como será o governo na energia. Se não fizer nada, terá abandonado o setor. Se ceder e repassar todos os riscos aos consumidores, estará assumindo uma posição intervencionista. É necessário separar adequadamente o que é risco de mercado, que deve ficar com o mercado, e o que resulta da intervenção de governo, que precisa ser corrigido — disse o ex-presidente da Empresa de Pesquisa Energética Luiz Augusto Barroso.

Agentes do setor elétrico avaliam que o problema, no caso da disputa judicial, só será resolvido no próximo ano. Uma solução retroativa para a briga foi estabelecida no projeto de lei em discussão no Senado que permite a privatização das distribuidoras de energia da Eletrobras. Como a venda das empresas é polêmica e tem pouco apoio político, não há previsão de quando o assunto será discutido. Por esse projeto, o prazo de concessão das usinas será estendido, em troca de essas empresas desistirem das ações judiciais.

— Tem gente que está deixando de pagar e gente que está deixando de receber. Em algum momento haverá um colapso. É prioritário que isso tenha

um encaminhamento urgente — disse Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil.

A analista de mercado da Safira Energia Juliana Hornink observa que, mesmo resolvendo o passado, é preciso encontrar uma solução para o futuro: — A gente precisa olhar para o futuro e encontrar uma solução estrutural para o risco hidrológico.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/10/2018

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Governo decide que horário de verão começa dia 4

Planalto havia informado que data seria adiada a pedido do MEC, mas voltou atrás após reclamações de companhias aéreas

O governo federal informou ontem que não haverá adiamento do início do horário de verão. Com isso, a data do começo do período está mantida para 4 de novembro. Com o horário de verão, os moradores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste devem adiantar o relógio em uma hora.

No início do mês, o Palácio do Planalto chegou a comunicar a decisão de adiar o início do horário de verão para 18 de novembro, a pedido do Ministério da Educação (MEC). A intenção da pasta era evitar prejuízos aos estudantes que farão o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cuja primeira prova está marcada para 4 de novembro. A segunda prova será no domingo seguinte (11).

O governo não chegou a publicar um decreto adiando o início do horário.

Um dos motivos alegados pelo governo para manter o horário de verão em 4 de novembro é a "segurança jurídica", em razão de decreto presidencial já publicado, que determina o início do período no primeiro fim de semana do próximo mês. Outro motivo foi a reclamação de empresas aéreas.

A Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) havia criticado as mudanças. A entidade argumentou que a alteração poderia levar passageiros que compraram passagens com antecedência a perderem seus voos. Segundo a associação, 42 mil voos poderiam ser afetados e pelo menos 3 milhões de passageiros seriam prejudicados.

EMPRESAS ESTRANGEIRAS

A entidade defendeu que o adiamento traria consequências para o planejamento da operação aérea. As companhias aéreas internacionais também reagiram ao adiamento. Em documento ao ministro dos Transportes, Valter Casimiro, a Associação Internacional de Transportes Aéreos, que reúne mais de 280 empresas aéreas no mundo, aponta prejuízos da decisão para a "credibilidade dos instrumentos de mercado junto à comunidade internacional"..

Em dezembro de 2017, o presidente Michel Temer decidiu encurtar o período de duração do horário de verão, que em geral começava no mês de outubro. Temer atendeu apedido do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para que o início do horário de verão não coincidissem com a data das eleições.

A mudança pedida foi para evitar atrasos na apuração dos votos e na divulgação dos resultados do pleito. Um dos exemplos é o Acre, onde as urnas seriam fechadas três horas depois da contagem de votos já ter sido iniciada em outras regiões.

O governo manteve como data final do horário de verão o terceiro domingo de fevereiro de 2019 (dia 17).

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/10/2018

Seção: Economia

Autor: Danielle Nogueira

Título: Bolsonaro quer usina na Amazônia; Haddad defende energia eólica

Equipe do candidato do PSL é a favor de hidrelétrica com reservatório.
Campanha do PT adotaria modelo de Belo Monte

Caso seja eleito, Jair Bolsonaro (PSL) pretende retomar estudos para construção de hidrelétricas na Amazônia. Se forem viáveis, elas serão construídas com grandes reservatórios. O argumento é que, apesar de alagarem mais a floresta, dão mais segurança ao sistema. Nos últimos anos, o país deu preferência às hidrelétricas a fio d'água, que não têm reservatório, como Belo Monte. Elas alagam menos, mas praticamente perdem sua capacidade de "estocar" energia para períodos de seca.

A expectativa do núcleo duro da campanha de Bolsonaro é que o país volte a crescer a taxas anuais de 3% a 4% ao ano, o que demandaria mais oferta de energia. Na avaliação do general Oswaldo Ferreira, conselheiro de Bolsonaro para a área de infraestrutura, o Brasil é um país privilegiado em termos de

recursos hídricos e, por isso, não faz sentido desperdiçar esse potencial. Especialistas em energia apontam que entre 50% e 70% do potencial hídrico a ser explorado no país estão na Região Amazônica.

— Nossa sensação é que a resistência a Belo Monte foi tão grande quanto a uma usina com reservatório. Você abriu mão do reservatório, que traz segurança energética, para atender o pessoal do meio ambiente. E o pessoal do meio ambiente continuou com restrições. Se é assim, então, vamos fazer com reservatório — diz Paulo César Coutinho, coordenador do grupo de infraestrutura da campanha de Bolsonaro e braço direito de Ferreira.

De outro lado, integrantes da campanha dizem que devem tirar incentivos à geração de energia eólica e solar, embora o programa de governo dê destaque a essas fontes.

Indagado pelo GLOBO sobre projetos de hidrelétricas na Amazônia, o economista Ricardo Carneiro, coordenador de infraestrutura da campanha de Fernando Haddad (PT), diz que a hipótese não está descartada, e, caso sejam erguidas, serão afio d'água. Segundo ele, "o modelo já está consolidado". O candidato do PT avalia que a oferta adicional de energia virá prioritariamente da geração de energia eólica, solar e de biomassa.

QUESTÃO AMBIENTAL

Essas três fontes seriam incentivadas, com o objetivo de zerar as emissões de gases de efeito estufa da matriz elétrica brasileira até 2050. Os subsídios às energias solar e eólica também serão mantidos, "para consolidar essas fontes", diz Carneiro. A energia solar ainda representa apenas 0,8% do total da matriz. A eólica já responde por 7,9%, mais que o gás natural (7,5%). No entanto, a dependência brasileira em relação à energia hídrica é grande: 61% do total.

O tema das hidrelétricas na Amazônia é polêmico e está longe de ser um consenso entre especialistas do setor. Para Roberto Schaeffer, professor de Planejamento Energético da Coppe/UFRJ, o custo ambiental das hidrelétricas — com ou sem reservatórios — não compensa na região. Ele avalia que o fato de a Amazônia ser uma área plana faz com que a área alagada tenha que ser muito extensa para viabilizar queda d'água suficiente para gerar energia.

Além disso, diz, como os centros consumidores estão no Sudeste, trazer energia da Amazônia exigiria a construção de linhões de transmissão, com desmatamento nos corredores por onde passariam.

Para ele, o novo presidente deveria buscar ganhos de eficiência energética e expansão de fontes distribuídas, como painéis solares nos telhados, para elevar a oferta de energia.

— O que dita a política energética no mundo hoje é a questão ambiental, as mudanças climáticas — afirma Schaeffer, membro do Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima (IPCC) da ONU.

Já o Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) do Instituto de Economia da UFRJ recebeu bem os planos de retomada de hidrelétricas com reservatórios na Amazônia. Para Nivalde de Castro, coordenador do grupo, elas dão mais estabilidade ao sistema: — O reservatório é a maneira mais eficiente de mitigar o risco de instabilidade.

VEÍCULO: O Globo

Data: 16/10/2018

Seção: Opinião

Autor:

Título: AUTOCRÍTICA

Opinião do Globo

NO ENSAIO de autocrítica que tem feito o candidato petista Fernando Haddad, ele tangencia a questão da macrocorrupção verificada em estatais nos governos Lula e Dilma diagnosticando-a como decorrência da "falta de fiscalização".

NA VERDADE, e isto Haddad não admitirá, o que houve no petróleo e suas linhas auxiliares de desvio do dinheiro público é que o Planalto esteve muito próximo da Petrobras, Eletronuclear e Eletrobras não para supervisioná-las, a fim de proteger o patrimônio público, mas com objetivo oposto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/10/2018

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: APORTE PARCEIRO

Mercado Aberto

A indústria de petróleo foi a que mais investiu em projetos de pesquisa em parceria com o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), afirma o diretor-geral, Rafael Lucchesi.

Foram R\$ 111 milhões aportados em desenvolvimento de tecnologias nos últimos cinco anos.

Empresas do setor são obrigadas por lei a destinar um percentual de sua receita a iniciativas no país, mas essa não é necessariamente a fonte de recursos, segundo Lucchesi.

"Não trabalhamos com um modelo ofertista, em que as companhias colocam dinheiro no Senai só porque foi aprovado por um ente público. Somos parte da estratégia de negócio delas", diz ele.

O segundo setor que mais investiu foi o petroquímico (R\$ 69 milhões), seguido por mineração (R\$ 36 milhões) e indústria de transformação (R\$ 33 milhões).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 16/10/2018

Seção: Mercado

Autor: Franco Adailton

Título: Crise em estaleiro deixa rastro de desemprego e falência na BA

Paralisação da Enseada na esteira da Lava Jato extingue vagas e empreendimentos

MARAGOJIBE (BA)- "Hoje, São Roque do Paraguaçu é uma cidade fantasma, mas, há pouco, era bonito ver aquele mar de gente chegar do trabalho", relembra o desempregado Alexandre Chaves, 34, de quando o estaleiro Enseada Paraguaçu levava prosperidade ao distrito no município de Maragogipe, recôncavo da Bahia.

Erguido pelo consórcio Odebrecht, Kawasaki, OAS e UTC, o empreendimento caiu em desgraça em 2014 após três das empresas — exceto a japonesa — serem denunciadas na Operação Lava Jato, ao lado da Sete Brasil, numa crise que paralisou o estaleiro e extinguiu 7.462 empregos diretos.

Quase 90% dos trabalhadores eram de cidades da região, como Salinas das Margaridas, Nazaré, Santo Antônio de Jesus e Maragogipe. Esta foi a mais atingida, com 3.588 vagas fechadas em 2015 — 75% dos empregos formais na cidade.

O frenesi com a obra levou à abertura de cerca de 7.000 empresas na região. Desde o começo da recessão, porém, entre 2014 e o início de 2016, R\$ 96 milhões só em salários deixaram de circular.

Comerciantes que lucraram no auge do estaleiro, de 2012 a 2015, foram à bancarrota. Hoje, ruas esvaziadas, estabelecimentos fechados e imóveis à venda ou para alugar retratam o desalento local.

O empresário Manoel dos Santos, o Bira, investiu R\$ 3 milhões para ampliar o hotel Ponto Dez, o qual mantém em São Roque do Paraguaçu desde 2005, mas paralisou a obra com 80% de conclusão após os primeiros rumores da Lava Jato.

A ideia era aumentar de 29 para 103 o número de quartos. Bira não só não concluiu as obras como teve de fechar outra pousada, com 21 quartos.

"Estamos pela misericórdia para não fechar as portas. Que Deus ilumine a cabeça do próximo governante, pois, apesar de privado, o estaleiro depende de investimento público."

Em uma tarde de segunda, quando a reportagem visitou o distrito, o restaurante Point do Churrasco, de Pedro Dias, 39, estava com as portas fechadas. Mesas vazias tomavam o lugar dos clientes que consumiam até 300 refeições por dia.

À medida que a construção do estaleiro avançava, Pedro aplicou R\$ 2 milhões para aumentar o espaço, além de subir quatro andares para uma pousada com 42 quartos e empregar 12 pessoas. "Agente se empolgou com o estaleiro. Teve gente que caiu em depressão por causa de dívidas."

Sócio da Jereré Tur, do ramo de transporte, Antônio Adelson do Rosário, 54, conta que chegou a ter uma frota com 40 veículos — 28 deles próprios, entre micro-ônibus, vans e carros de passeio — e contratou 60 funcionários.

Atualmente, a frota é de 14 veículos, o quadro é de cinco funcionários, e o contrato com o estaleiro chega a apenas 10% do que representava. "Tive de vender veículos que já havia quitado para pagar dívidas e demitir funcionários."

Com a falta de perspectiva, voltar a tirar o sustento do rio tem sido uma das alternativas — caso de Joilson Borges, 49, pai de duas filhas, que trabalhou no estaleiro de 2012 a 2015.

Antes pescador, Joilson foi capacitado para trabalhar como operador de guindaste, período em que ganhava R\$ 2.800. Nesse intervalo, reformou a casa, comprou um terreno e habituou-se a uma vida mais confortável, mas voltou a depender da pesca.

"Aqui, em São Roque, toda a comunidade melhorou de vida. Só criança que não trabalhava", recorda, enquanto observa o pôr do sol. "Agora, saio para pescar."

Faço qualquer biscate. A pesca é incerta. Quando é boa, a gente vende o pescado. Do contrário, garante ao menos o de comer."

A reportagem percorreu as instalações da Enseada — marca adotada desde agosto passado, como parte do reposicionamento dos negócios da Odebrecht —, uma área de 1,6 milhão de metros quadrados e R\$ 3 bilhões investidos.

No lugar do barulho de máquinas e de trabalhadores, um silêncio quase sepulcral se espalha pela instalação de quinta geração (das mais modernas no mundo).

Há 50 funcionários, a maioria na manutenção de máquinas. O maior símbolo do local, o super guindaste Goliath, de 160 m de altura (um prédio de 50 andares), vão de 130 m capaz de içar 1.800 toneladas, nem chegou a operar. O estaleiro não produziu uma embarcação sequer.

Isso porque a principal cliente, a Sete Brasil — que havia encomendado 6 das 28 sondas para a Petrobras explorar o pré-sal —, entrou em declínio na fase inicial da Lava Jato, o que atingiu vários estaleiros pelo Brasil, inclusive a Enseada, com quem tem uma dívida de mais de R\$ 2 bilhões.

Com as denúncias do envolvimento de executivos da Sete — que também era 10% da Petrobras — no pagamento de estaleiros brasileiros que construiriam as sondas, o BNDES vetou empréstimo à empresa, que pediu recuperação judicial em 2016 sem pagar as dívidas.

A situação instável abala trabalhadores como o operador de máquina de corte Jailson Pedreira, 37, há cinco na Enseada. Ele foi um dos cem enviados para um programa de transferência de tecnologia na Kawasaki, no Japão. "A gente fica triste por que isto aqui é um sonho para a vida toda. Que os projetos voltem logo para a empresa dar uma guinada."

Na tentativa de salvar o negócio, a Enseada apresentou à Justiça do Rio, em 2017, um pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial, que foi aceito pela 6ª Vara Empresarial do estado.

A companhia também ampliou a área de atuação ao entrar na disputa internacional com mais oito países para tocar um projeto da Marinha, que prevê investir, em oito anos, US\$ 1,6 bilhão (R\$ 6 bilhões), na aquisição de quatro corvetas.

Mas no ramo de petróleo o principal obstáculo foi a medida do governo Michel Temer de reduzir para 25%, nos setores de óleo e gás, a exigência de conteúdo local.

"O governo federal não pode abrir tanto o mercado para que as empresas que venham explorar petróleo no Brasil tragam navios da China. Até a Petrobras tem feito isso", diz o presidente da Enseada, Maurício Almeida.

"Será a falência da indústria naval, única a competir com o mercado asiático nesses moldes."

Em nota, a Petrobras rebateu Almeida, ao dizer que "prioriza, na contratação de sondas e plataformas, as ofertas mais competitivas economicamente e que atendam aos requisitos de integridade exigidos pela companhia".

O Ministério de Minas e Energia não se manifestou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/10/2018

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna /RIO

Título: Petrobrás terá novo plano de remuneração

A Petrobrás comunicou ontem aos seus funcionários que vai lançar um novo modelo de remuneração, apurou o Estadão/ Broadcast. Os detalhes do Programa de Remuneração Variável dos Empregados (PRVE) serão divulgados esta semana. O novo plano estará condicionado a metas de desempenho pré-acordadas, performance da gerência a qual o empregado está vinculado e aos resultados financeiros da companhia.

Em comunicado ao qual o Estadão/ Broadcast teve acesso, a estatal informou que dará prosseguimento ao pacote de remuneração e de benefícios mais atrativo que a média do mercado. "O PRVE está em linha com outras iniciativas que temos desenvolvido para aproveitar e estimular o potencial das pessoas, buscando direcioná-lo para a obtenção de melhores resultados para a companhia e para conquistas adicionais para os profissionais", informou a estatal.

Procurada, a Petrobrás confirmou o envio da carta, mas não deu mais detalhes. Plano original. Quando foi formulado em 2015, o programa previa que as metas financeiras passassem a definir 65% do bônus pago anualmente e distribuição dos cargos, enquanto a relevância da produção cairia de 80% para 10%.

Os principais indicadores de eficiência cobrados dos funcionários seriam os de ganhos de geração de caixa (margem Ebitda), fluxo de caixa livre,

gerenciamento dos gastos operacionais e desinvestimento, como forma de reduzir as pesadas dívidas da empresa.

Na nota, a empresa destacou ainda as mudanças recentes feitas para os funcionários, como o lançamento do Plano de Carreiras e Remuneração (PCR), com mais de 40 mil adesões voluntárias (86,3% do total de empregados da companhia) e o novo processo de Avanço de Nível e Promoção, que tem o mérito como a base do reconhecimento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 16/10/2018

Seção: Metrópole

Autor: Julia Lindner Tânia Monteiro / BRASÍLIA

Título: Governo muda de novo. E horário de verão começa dia 4

O presidente Michel Temer recuou e decidiu manter o início do horário de verão para o dia 4 de novembro, quando os relógios serão adiantados em uma hora em grande parte do País. A informação foi confirmada pela assessoria de imprensa do Palácio do Planalto no fim noite desta segunda-feira. A justificativa da decisão, no entanto, não foi apresentada.

No início do mês, o governo anunciou que adiaria o horário de verão para o dia 18 de novembro, a fim de atender a um pedido do Ministério da Educação, que temia problemas para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que acontece nos dois primeiros domingos de novembro – 4 e 11.

O MEC argumentou que candidatos podem perder o exame com a alteração do horário no mesmo dia da mudança dos relógios. Outra dificuldade seria a logística necessária para a aplicação da prova no Norte do País, onde alguns municípios ficariam com até três horas de atraso em relação ao horário de Brasília – que define início e término do exame.

Depois disso, o governo passou a ser pressionado a retomar a data original, principalmente pela Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear), que representa as maiores empresas aéreas do Brasil. A entidade argumentou que a mudança poderia afetar cerca de 42 mil voos. "Essa mudança trará sérias consequências para o planejamento da operação aérea e, consequentemente, para os consumidores com volume expressivo de passageiros podendo perder voos, pois os bilhetes foram adquiridos com antecedência", disse. "A Abear reafirma que a antecedência na definição do período do horário de verão é fundamental para garantir o pleno funcionamento do setor, seja em voos

domésticos (onde há diferentes fusos horários), seja em voos internacionais (conectividade com mais de 50 países)."

Um eventual adiamento para o dia 18 representaria a segunda mudança. A primeira foi por causa do segundo turno das eleições, que ocorre no dia 28 de outubro. Até o início da noite, não havia mais informações sobre como a nova mudança afetaria o futuro Enem. Com o recuo de uma hora nos relógios mantido para 16 de fevereiro, o horário de verão 2018-2019 terá 105 dias de duração, 21 a menos do que em 2017-2018. No ano passado, o governo Michel Temer chegou a cogitar acabar com a mudança, que atinge sobretudo o Sudeste.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Incerteza sobre reforma pode levar a desativação de térmicas da Petrobras

As incertezas com relação à continuidade do projeto de reforma do setor elétrico, em trâmite no Congresso, devido ao processo eleitoral, podem colocar em risco a oferta de um bloco de energia termelétrica a gás natural no início da próxima década. De acordo com estimativas do mercado, pelo menos 1.500 megawatts (MW) médios de energia poderão ser perdidos a partir de 2023, caso um conjunto de termelétricas com fim de contrato naquele ano, a maioria pertencente à Petrobras, não seja recontratado. O volume equivale a cerca de 2% da oferta de energia no sistema hoje.

O problema ocorre porque, no modelo regulatório atual, não existe possibilidade de recontração dessas térmicas em longo prazo. A única alternativa de negociação de energia dessas usinas é por meio de leilões de energia existente, que envolvem contratos de curto prazo, em geral de um ano de duração.

O projeto de reforma do marco regulatório do setor elétrico, fruto da consulta pública número 33 (CP 33) do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, prevê a possibilidade de inclusão de usinas existentes em leilões de contratação de longo prazo. Há, porém, dois problemas.

O primeiro é justamente a incerteza com relação ao avanço do projeto no Congresso, a partir da configuração do novo governo. O outro é que, caso o projeto seja aprovado, a inclusão seria permitida apenas após uma mudança de

caráter técnico no setor, que envolveria a separação de contratos de energia e contratos de segurança de atendimento (lastro).

Em contribuição à CP 33, a Petrobras informou que "o modelo de contratação vigente no mercado regulado, ao mesmo tempo em que cria condições para a expansão do sistema com usinas termelétricas novas, tende a inviabilizar a continuidade das usinas termelétricas existentes, visto que não apresenta o sinal correto para a viabilidade econômica desses projetos".

Em recente participação na Rio Oil & Gas, principal evento da indústria de petróleo e gás do país, o gerente-executivo de energia da Petrobras, Marcelo Lopes, disse que o novo marco legal deveria permitir a participação de térmicas existentes em leilões junto com usinas de energia nova, antes da separação entre o lastro e energia, que, em sua opinião, deve demorar mais tempo para ser efetivada.

"A regra de contratação hoje leva a uma situação de dificuldade dessas térmicas se manterem ao fim dos seus PPAs [sigla em inglês para contrato de compra e venda de energia de longo prazo]. O que advogamos para poder acabar com esse problema é unificar os leilões de energia nova e existente. O que for o empreendimento mais competitivo para a sociedade ganhará o leilão. Ganhando o leilão, um novo contrato, ele [empreendedor] fará um retrofit [na usina] e as reformas necessárias para mais uma jornada de operação", disse Lopes, na ocasião.

Para Thais Prandini, diretora da consultoria Thymos Energia, essas térmicas precisam ser negociadas de forma sustentável, caso contrário deixarão o mercado e serão desativadas. Ela atenta ainda para outro problema. Enquanto não há uma solução, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) mantém as térmicas na previsão de oferta futura. O problema é que essa oferta pode não se concretizar, se não houver uma recontração. "Ninguém está considerando essa saída [dessas usinas]", alertou ela.

Para um especialista do setor elétrico que pediu anonimato, o pleito da Petrobras tem fundamento, porém, o ideal é que a mudança seja feita mesmo apenas após a separação entre o lastro e a energia. Depois da separação, explicou, as térmicas existentes poderiam participar do leilão de lastro, para garantir segurança ao sistema e receberiam uma receita fixa de longo prazo por isso.

"A razão para isso é que o Brasil separou os leilões de energia existente e nova, em que o leilão de energia nova atende necessariamente o crescimento da demanda. Se este crescimento for atendido com energia existente, a base do

setor desmonta. A energia existente sempre será mais competitiva que a nova em qualquer leilão de energia nova."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/10/2018

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Aneel julga recurso sobre obra de transmissão no RS

Um impasse com relação à concessão de um megalote de obras de transmissão de energia da Eletrosul no Rio Grande do Sul pode colocar em risco o abastecimento futuro de energia elétrica naquele Estado. A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vai julgar nesta terça-feira pedido de reconsideração apresentado pela estatal relativo à decisão anterior da autarquia de recomendar a caducidade da concessão do lote, de quase 2,2 mil km (extensão semelhante a um dos linhões de Belo Monte) e R\$ 4 bilhões de investimentos previstos.

O objetivo da agência é incluir o empreendimento no próximo leilão de transmissão, previsto para 20 de dezembro, mas a subsidiária da Eletrobras tenta transferir a concessão para um consórcio privado, a fim de evitar os prejuízos relativos à caducidade do contrato, estimados em pelo menos R\$ 730 milhões.

O empreendimento, que envolve 17 novas linhas de transmissão e oito novas subestações no Rio Grande do Sul, havia sido arrematado pela Eletrosul, em leilão realizado em novembro de 2014. As instalações estavam previstas para entrar em operação no início deste ano. Com dificuldades para investir no projeto, a Eletrosul negociou a transferência das concessões para a chinesa Shanghai Electric. Dias antes do prazo para a conclusão da negociação, porém, o grupo asiático desistiu do acordo.

Diante da frustração do negócio, a Aneel decidiu, no fim de setembro, recomendar ao **Ministério de Minas e Energia (MME)** a caducidade da concessão. Nesse cenário, a Eletrosul sofrerá a execução de garantias, no valor aproximado de R\$ 230 milhões, além de prejuízo relativo ao montante que já aportou na obra (cerca de R\$ 500 milhões). Além disso, no caso de julgamento da caducidade pelo ministério, a empresa pode ser suspensa de participar de novos leilões, efeito que pode ser estendido à holding (Eletrobras) e às coligadas (Furnas, Chesf e Eletronorte).

A Eletrosul então realizou um rápido processo de chamada pública para a escolha de um novo investidor que pudesse assumir a concessão. O **Valor** apurou que grandes transmissoras, como a brasileira Taesa, a italiana Terna e a chinesa State Grid, avaliaram a oportunidade. A estatal, porém, selecionou o consórcio formado pela JAAC Materiais e Serviços de Engenharia e EMTEP Serviços Técnicos de Petróleo, com pouca tradição no segmento.

Com o resultado da chamada pública em mãos, a Eletrosul apresentou recurso à autarquia, no início deste mês, para permitir a transferência da concessão para o novo consórcio, que ficaria comprometido a atender as obrigações constantes no contrato firmado no leilão de 2014. O recurso tem como relator o diretor Efrain Pereira da Cruz.

No recurso enviado à Aneel, assinado pelo presidente da Eletrosul, Gilberto Eggers, e ao qual o **Valor** teve acesso, a empresa solicitou "a procedência no mérito do recurso administrativo, anuindo a Aneel com a transferência do contrato de concessão de transmissão de titularidade da Eletrosul para a sociedade de propósito específico, constituída pelas empresas JAAC Materiais e Serviços de Engenharia Ltda. e EMTEP Serviços Técnicos de Petróleo Ltda", entre outros pedidos, como a revogação do despacho que recomenda a caducidade.

Procurado pelo **Valor**, o relator do processo de recomendação da caducidade da concessão do lote e do edital do próximo leilão de linhas de transmissão, que prevê investimentos de R\$ 14 bilhões, incluindo o lote da Eletrosul, o diretor Sandoval Feitosa Neto, demonstrou preocupação com a demora por um desfecho do caso, o que aumenta o risco de problemas no abastecimento elétrico da região Sul no futuro.

"Na minha avaliação, o que está em jogo é o risco de construção dessas avaliações e o risco pra o abastecimento do Rio Grande do Sul", afirmou o diretor. Além do impacto previsto no reforço do sistema elétrico do Estado, a ausência dessas linhas, destacou ele, pode afetar o escoamento da geração de energia de projetos eólicos e termelétricos já contratados ou que estão previstos para serem instalados no futuro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/10/2018

Seção: Política

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Na energia, promessa de diálogo

As discussões realizadas pela equipe que integrou o **Ministério de Minas e Energia (MME)** até abril deste ano devem servir de norte para a área em um eventual governo de Jair Bolsonaro, que aposta no diálogo intenso com o setor elétrico para garantir as reformas estruturais consideradas necessárias no curto e longo prazo.

Segundo Luciano de Castro, professor da Tippie College of Business da Universidade de Iowa e principal auxiliar do candidato nas questões do setor energético, a consulta pública 33, que recebeu centenas de contribuições para tratar da reformulação do marco regulatório do setor elétrico, deve ser uma referência, mas não da forma prevista até então. "O caminho geral, que eu vejo, é sermos mais ambiciosos que a CP 33, mas isso vai depender das condições que vamos encontrar, sem autoritarismo", disse, em entrevista ao **Valor**.

Ele não quis, contudo, detalhar quais medidas debatidas na consulta pública serão ou não mantidas. "Vários prazos foram alongados, colocados lá na frente. Mas prefiro não falar especificamente quais", afirmou.

A estratégia da equipe energética do candidato será iniciar debates com os agentes do setor assim que sair o resultado do segundo turno das eleições, em 28 de outubro. "Essa conversa terá um caráter de desencadear certo entusiasmo pelas mudanças, que trazem medo", disse Castro.

Já no fim de outubro, começo de novembro, o grupo envolvido com o setor elétrico começará a trabalhar no esforço da transição. "Vão ser necessárias uma série de reformas, queremos preparar isso em novembro e dezembro", disse.

Ao mesmo tempo em que começará a discutir as mudanças estruturais, a equipe de Bolsonaro pretende se concentrar em ajudar o governo atual a resolver a judicialização do déficit de geração das hidrelétricas (GSF, na sigla em inglês) no mercado à vista de energia, que já trava R\$ 9 bilhões em recursos e pode paralisar os negócios nesse ambiente de contratação.

Castro mencionou o projeto de lei que está no Senado que, além de resolver questões que prejudicam a privatização das distribuidoras da Eletrobras, também resolve a guerra de liminares do GSF. "Vamos tentar trabalhar em conjunto para adiantar a solução dos problemas o mais rapidamente possível, porque essa paralisação do mercado à vista é algo muito preocupante e não pode mais ser empurrada com a barriga", disse.

Uma solução estrutural para o problema do GSF, necessária no contexto de abertura gradual do mercado livre de energia, ainda dependerá de discussões com o setor. "O MRE [mecanismo de realocação de energia, condomínio que reúne os contratos das hidrelétricas] vai precisar ser revisto. A forma de fazer

vai depender de uma série de detalhes que vão emergir dessas conversas e visitas aos agentes do setor", afirmou, completando que haverá "absoluto respeito pelos contratos existentes."

O professor também falou em rever questões como as regras de expansão da matriz energética, hoje muito dependente do mercado regulado (das distribuidoras) "Existem muitas alternativas melhores do que as que estão aí. Antes de apontar de fato o que pode ser o caminho, vamos discutir com os agentes."

Questionado sobre fala recente de Bolsonaro contra a privatização da Eletrobras, Castro disse que a definição caberá ao presidente. "A equipe faz indicações de um lado ou outro", disse. Segundo ele, a forma como a privatização da estatal vinha sendo conduzida, com desconstrução da energia sob concessão da estatal, chama a atenção pelo fato de que um mercado competitivo pressupõe a ausência de grandes agentes com poder de mercado. "O processo teria que ser revisto. Não digo profundamente modificado, mas precisa ser revisto. O que de fato vai acontecer é uma coisa: os técnicos vão levar ao presidente as recomendações e vários aspectos relacionados."

Também não há definição sobre a composição da equipe energética do eventual governo de Bolsonaro, que deverá buscar "os melhores nomes", com foco em aspectos técnicos, disse Castro.

A popularidade do capitão reformado é um trunfo com o qual essa equipe inicial conta para compor um time técnico de qualidade, debater as mudanças necessárias com o setor e aprovar as medidas num Congresso cada vez mais fragmentado. "Temos interesse em usar a força que saiu das urnas, algo que não houve no governo anterior, essa mensagem clara que o povo brasileiro está dando de mudar a direção do país e buscar menos participação do Estado", disse Castro.

A estratégia é usar a "força das urnas" para reforçar a legitimidade do governo para implementar as medidas necessárias. "Ele conhece os deputados, a vida na Câmara, e vai poder orientar a equipe dele para as reformas que fazem mais sentido politicamente e têm condições de ser aprovadas. Esse conhecimento político do Bolsonaro é extremamente valioso", acrescentou.

No plano ambiental, importante no setor elétrico devido aos obstáculos para licenciamentos de linhas de transmissão e projetos de geração, a ideia da equipe de Bolsonaro envolve a "convergência" entre o aspecto econômico e a preservação do meio ambiente.

"Temos conversado com outros técnicos ligados ao meio ambiente, existe uma preocupação em preservar e defendê-lo, é extremamente valioso. Mas existe também o aspecto de bem-estar econômico. Vamos trazer equilíbrio para a questão, evitar alguns excessos que ocorreram e tentar trazer possibilidade de gerar bem-estar para a população com energia limpa e barata e hidrelétricas, mantendo a preocupação com o meio ambiente", afirmou.

Questionado sobre a possível saída do Acordo de Paris, sugerida por Bolsonaro em entrevistas ao longo da campanha, Castro disse não ter participado de conversas por não ser sua área.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/10/2018

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras tem 12 negócios avançados

Com um quarto de sua meta de parcerias e desinvestimentos executada até o momento, a pouco mais de dois meses para o fim do ano, a Petrobras tem na venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) o seu principal trunfo para se aproximar do cumprimento da meta de venda de ativos. A estatal possui, contudo, ao menos outros onze pacotes de ativos em fase vinculante e vive a expectativa de desengatilhar as negociações até o fim de dezembro.

Segundo uma fonte, há "muitos negócios no horizonte" dos próximos meses. Entre os mais avançados está a venda conjunta dos polos de Enchova e Pampo, em águas rasas na Bacia de Campos, pelos quais a Ouro Preto apresentou a melhor oferta. Outro desinvestimento em curso é o da fatia de 50% da PetroÁfrica, para a Vitol, avaliada em cerca de US\$ 1,3 bilhão.

A lista de negociações em fase vinculante inclui também a refinaria de Pasadena (EUA); a venda conjunta dos campos de Tartaruga Verde e Mestiça e Módulo 3 Espadarte (Bacia de Campos); os campos de Piranema (Sergipe); Maromba (Bacia de Campos); Baúna (Bacia de Santos); além dos campos em águas rasas de São Paulo e de Sergipe; dos ativos em águas profundas da Bacia de Sergipe-Alagoas; e de um conjunto de campos terrestres.

Como parte de seu plano de redução da dívida, a petroleira assumiu o compromisso de levantar US\$ 21 bilhões em parcerias e desinvestimentos no biênio 2017/2018. Até o momento, atingiu a marca de US\$ 5,7 bilhões. O negócio mais recente, anunciado na semana passada, foi a formação de uma

joint venture com a americana Murphy Oil, para exploração e produção no Golfo do México (EUA), e que envolve uma compensação de US\$ 1,1 bilhão.

Desde o ano passado, a estatal anunciou também a venda do campo de Azulão, para a Eneva (por US\$ 56,5 milhões); de 25% do campo de Roncador (US\$ 2,667 bilhões), para a Equinor (ex-Statoil); dos ativos de distribuição de combustíveis do Paraguai para o grupo Copetrol (US\$ 383 milhões); e abriu o capital da BR Distribuidora, numa operação que lhe garantiu R\$ 5 bilhões (US\$ 1,5 bilhão pela cotação na época da operação, em novembro de 2017).

O grande trunfo da Petrobras, contudo, é a venda de 90% da TAG, que reúne os gasodutos das regiões Norte e Nordeste. O UBS estima que, sozinho, o ativo possa render entre US\$ 8 bilhões e US\$ 9 bilhões, ou seja, cerca de 40% da meta de desinvestimentos da estatal. A francesa Engie e o fundo canadense Caisse de Depot et Placement du Quebec planejam oferecer até US\$ 9 bilhões pela TAG, US\$ 1 bilhão a mais que a oferta inicial, segundo a Bloomberg.

A venda do ativo está suspensa desde junho, quando o ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar proibindo a venda de estatais e suas subsidiárias sem o aval do Congresso.

A Petrobras e o governo tentam, contudo, destravar o negócio ainda neste ano. A ideia é utilizar um dispositivo da Lei 9.478 de 1997, a Lei do Petróleo, para retomar a negociação mesmo sem decisão sobre a liminar. O entendimento é que a lei autoriza a venda de subsidiárias da Petrobras, ao dizer que "para estrito cumprimento de atividades de seu objeto social que integrem a indústria do petróleo, fica a Petrobras autorizada a constituir subsidiárias, as quais poderão associar-se, majoritária ou minoritariamente, a outras empresas".

(Colaborou Camila Maia, de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/10/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Eletrobras reabre prazo para plano de demissão

A Eletrobras reabriu ontem novo prazo para inscrição ao Plano de Demissão Consensual da companhia estatal. O período para adesões, nesta nova fase, vai até 26 de outubro.

Em entrevistas concedidas recentemente, o presidente da elétrica, Wilson Ferreira Junior, mencionou o potencial de 2,5 mil novas adesões, uma vez que a

companhia está implementando em todo o grupo o Centro de Serviços Compartilhados e o SAP, que exigirão menor número de funcionários. A mudança da Eletrobras para outro endereço, menor, também reforça o cenário.

"Além disso, a redução de quadro de pessoal busca um alinhamento dos custos da Eletrobras às tarifas, evitando prejuízos operacionais no futuro", informou comunicado divulgado pela empresa ontem.

No primeiro período de inscrições, 733 funcionários aderiram ao plano. Segundo a Eletrobras, isso representou a economia de R\$ 254 milhões anuais.

Os desligamentos dos funcionários que aderirem ao programa até o dia 26 ocorrerão em turmas mensais até dezembro. São elegíveis ao PDC empregados com no mínimo dez anos de vínculo com a empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 16/10/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério fica estável

O minério de ferro negociado no porto chinês de Qingdao encerrou ontem negociado a US\$ 71,66 a tonelada, recuo de 0,01% em relação a sexta-feira, segundo a "Metal Bulletin". O índice leva em conta o produto com teor de ferro de 62%. No mês de outubro, a commodity acumula valorização de 3,5%. No ano, a queda é de 1,3%. No mercado futuro, os contratos do minério para janeiro recuaram 0,88% em Dalian, a 509 yuans a tonelada. Para o aço, os futuros da bobina a quente subiram 1,35% em Xangai, para 3.968 yuans a tonelada. O vergalhão subiu 1,59%, a 4.150 yuans a tonelada.

Produção da Rio Tinto cai

A mineradora anglo-australiana Rio Tinto informou que a produção de minério de ferro somou 82,5 milhões de toneladas no terceiro trimestre de 2018, queda de 3% em relação ao mesmo período de 2017. Segundo a companhia, a queda aconteceu devido a ciclos programados de manutenção e pausas de segurança nas operações, após acidente na unidade de Paraburdoo, na Austrália. Em 15 de agosto, um motorista de caminhão foi morto em um acidente na mina. Uma investigação sobre esse caso está em andamento. As entregas de minério no trimestre recuaram 5% em base anual, para 81,9 milhões de toneladas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/10/2018****Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes e Alessandra Saraiva | Do Rio****Título: Vale bate recorde de produção puxado por foco na qualidade**

A Vale rompeu a barreira de produção de 100 milhões de toneladas de minério de ferro em um trimestre. A empresa produziu 104,9 milhões de toneladas do produto de julho a setembro, com alta de 10,3% sobre igual período do ano passado. O aumento se deu em produtos de maior qualidade: as pelotas e o minério do S11D, em Carajás, no Pará. Essa performance operacional reflete o objetivo da empresa de mudar o seu "mix" de produção e vendas, concentrando-se em produtos de alta qualidade e reduzindo, por consequência, a extração de minérios mais pobres.

Apesar do recorde de produção no terceiro trimestre no minério de ferro, a Vale continua a privilegiar margens ao invés de volumes. Na avaliação do mercado, a empresa está bem posicionada para atender a demanda crescente da China por minérios de qualidade. A Vale entende, por sua vez, que há uma mudança estrutural no mercado siderúrgico chinês, que passou a comprar produtos com maior teor de ferro como forma de aumentar a produtividade dos altos-fornos e reduzir as emissões de poluentes.

No terceiro trimestre, a mineradora alcançou um ritmo de produção de 400 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. No relatório, a empresa reafirmou a sua meta de produção de cerca de 390 milhões de toneladas de minério de ferro para 2018 e de 400 milhões de toneladas para 2019.

Ainda de acordo com o relatório as vendas somadas de minério de ferro e pelotas alcançaram 98,2 milhões de toneladas no terceiro trimestre, 9,2% acima do mesmo período do ano passado. A empresa reconheceu que o "mix de vendas" do negócio de ferrosos melhorou como resultado direto de dois fatores: do S11D e da pelletizadoras I e II de Tubarão, no Espírito Santo. Como consequência do esforço de focar em qualidade, a mineradora afirmou que os produtos "premium", aqueles pelos quais as siderúrgicas pagam mais caro, chegaram, no 3º trimestre, a 79% das vendas totais no período, ante 77% no segundo trimestre do ano.

Assim, o prêmio médio recebido pela Vale, no terceiro trimestre, subiu US\$ 1,5 por tonelada em relação ao prêmio do segundo trimestre de 2018. O prêmio médio para o preço realizado de finos de minério de ferro situou-se em US\$ 8,6

por tonelada no terceiro trimestre ante US\$ 7,1 por tonelada, no segundo trimestre do ano.

Em entrevista recente ao jornal britânico "Financial Times", o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, disse que a mineradora nunca esteve em uma posição de ter para oferecer o que o mercado precisa enquanto os concorrentes da companhia têm o "problema oposto" (dificuldades de atender as necessidades do mercado). De acordo com especialistas, Rio Tinto e BHP fazem "blends", misturas para atender às siderúrgicas, mas possuem leque menor de opções do que a Vale, cujo "cardápio" de produtos é mais amplo.

Com três sistemas de produção no Brasil (um no Norte e dois no Sudeste), a Vale montou uma estrutura logística que lhe dá mais flexibilidade para atender às demandas do mercado. De acordo com especialistas, a empresa possui uma cadeia logística que lhe permite atender os clientes mais rapidamente, apesar da distância que separa o Brasil da Ásia, por exemplo, onde se concentra a principal demanda da companhia. Hoje, a Vale opera em 16 portos na China. No segundo trimestre do ano, a Ásia como um todo respondeu por 58,5% da receita operacional líquida da companhia e a China, isoladamente, por quase 38%.

"A Vale está mais bem posicionada [em relação à concorrência] para atender a China com material de qualidade", disse Karel Luketic, analista de mineração e siderurgia da corretora XP. Ele considerou "sólidos" os dados de produção divulgados ontem pela companhia e projetou um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de US\$ 4,2 bilhões no terceiro trimestre, com alta de 8% em relação ao segundo trimestre do ano (os dados serão conhecidos no dia 24 deste mês). Luketic disse que o bom desempenho da produção também está associado ao fato de o terceiro trimestre ser, sazonalmente, um período de forte produção e vendas, juntamente com o quarto trimestre do ano.

A corretora Itaú BBA também elogiou o desempenho operacional da mineradora no terceiro trimestre. A corretora previu Ebitda de US\$ 4,55 bilhões no período julho-setembro de 2018. O ponto negativo do relatório, para a corretora, foi o segmento de cobre e níquel, afetado por paradas para manutenção no Canadá.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 16/10/2018****Seção: Empresas****Autor: Juliano Basile | De Brasília****Título: Cade aprova compra de 50% da Rodoil pela VIP, controlada pela Vitol**

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) concluiu pela aprovação da aquisição pela VIP Brazil, que atua globalmente nos segmentos de energia e comercialização de commodities, de 50% do capital social da Rodoil Distribuidora de Combustível, chamada no mercado como Sociedade-Alvo.

De acordo com a análise do órgão antitruste, o negócio, fechado neste ano, permite a entrada do grupo Vitol, da VIP, no mercado de combustíveis brasileiro através de uma parceria. Já a Sociedade-Alvo informou que o negócio possibilita o aprimoramento da gestão e da estrutura de seu grupo, além de um fortalecimento no mercado brasileiro de distribuição de combustíveis.

Dados apurados pelo Cade mostram que, atualmente, a Sociedade-Alvo possui mais de 300 postos de gasolina embandeirados e distribui seus produtos para cerca de 1.000 postos distribuídos na região Sul do Brasil. "A operação não acarreta sobreposição horizontal entre as atividades das requerentes dado que as empresas atuam em etapas distintas da cadeia de distribuição de combustíveis", ressaltou o órgão antitruste.

Apesar da visão inicial positiva para o negócio, o Cade analisou como a operação "gera potencial reforço na relação vertical pré-existente entre o fornecimento de combustíveis pelo grupo Vitol e as atividades de distribuição de combustíveis da Rodoil". Mesmo assim, as empresas alegaram que essa relação vertical é "meramente hipotética" já que a Rodoil não adquire combustível importado pela Vitol. "A operação não gera incentivos para que as requerentes adotem qualquer estratégia de fechamento de mercado decorrente", concluiu a Superintendência-Geral.

Essas análises levaram à aprovação do negócio sem a aplicação de restrições pelo Cade.

MME / ASCOM .